

SUMÁRIO

Apresentação	7
Prefácio	9
Jurisdição Constitucional e atuação do Ministério Público do Trabalho envolvendo danos morais individuais e coletivos e interesses difusos nas dispensas coletivas no Brasil após a reforma trabalhista: análise a partir do caso da CNEC (Escola Cenecista Oliva Enciso) em Campo Grande – MS <i>Rodrigo Wasem Galia e Paulo Ricardo Dias Moraes</i>	13
Licença amamentação por 4, 6, 10, 12 ou 24 meses <i>Paulo José Libardoni e Tamires Eidelwein</i>	45
Teletrabalho na Espanha: redescobrimo a América <i>Oscar Krost e Rodrigo Trindade</i>	63
ODS 8 e o princípio da proteção no direito constitucional do trabalho <i>Fernando Augusto Melo Colussi e Luiz Antonio Colussi</i>	73
Análise do trabalho análogo ao trabalho escravo na contemporaneidade: aspectos brasileiros <i>Karine Luize Loro e Bianca de Castro</i>	89
Reflexões sobre a Reforma Trabalhista de 2017 e o trabalho decente na República Federativa do Brasil <i>Marcos Leite Garcia e Vivian de Gann dos Santos</i>	105
As relações de trabalho e as novas tecnologias após a reforma trabalhista <i>Jamila Wisóski Moysés Etchezar</i>	121
Juizes do trabalho: contribuição para a sociologia do judiciário <i>Gabriel Eidelwein Silveira</i>	137
Teletrabalho no Brasil: antes, durante e após a pandemia <i>Cleber Dalla Colletta e Diego Paim Mendes</i>	159

Justiça 4.0: necessidade na era da inteligência artificial versus a exclusão digital como impedimento à efetivação dos direitos sociais	
<i>Francine Cansi e Maira Angélica Dal Conte Tonial</i>	179
A saúde da mulher no meio ambiente do trabalho	
<i>Sonia Aparecida de Carvalho e Maira Angélica Dal Conte Tonial</i>	199
Posfácio	211
Autores	215